

O CAMPO EM QUESTÃO: O DEBATE A CERCA DOS PARADIGMAS AGRÁRIOS A PARTIR DO ENTENDIMENTO DO TERRITÓRIO¹

Ingrid Michelle Coelho Sampaio Félix

Doutoranda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

michelle_cfelix@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado tem por objetivo um debate teórico em torno do que se entende por território, para entender os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. Entender os tipos de territórios e as disputas territoriais é fundamentalmente importante para a construção deste ensaio. Este trabalho parte de observações e leituras realizadas sobre as territorialidades destacadas por Bernardo Mançano Fernandes, que se formam a partir dos processos de lutas, nesse caso lutas pela constituição de outros territórios, territórios camponeses.

O ponto de partida da análise de Fernandes é o Espaço Geográfico. Baseando-se nas teorias desenvolvidas por Henri Lefebvre e Milton Santos, o espaço na análise, surge como materialização da existência humana, sendo uma totalidade, que se comporta como sistemas de objetos e sistemas de ações.

A indissociabilidade e a conflitualidade surgem como construídas no processo de produção do espaço e inerentes a ele. O território surge como uma construção nesse espaço, onde as indissociabilidades e as conflitualidades se manifestam. O território constituir-se-ia como um fragmento do espaço, no qual há uma diferenciação nas relações de poder e nas relações sociais, sendo esse território material ou imaterial.

A definição dos conceitos em Fernandes (2008) pode ser compreendida quando ele coloca que:

Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996, p. 74). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento (SEARLE, 1995, p. 223-250), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito (p. 3-4).

¹ Ensaio apresentado como requisito parcial de avaliação da disciplina Teorias dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada pelo Prof.º Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

No entanto, vale ressaltar que, a construção dos conceitos não é um mero “exercício intelectual” onde “abstrato e o concreto” são mediados. Os conceitos devem ser compreendidos como expressões da realidade. Apesar das intencionalidades, somente a realidade pode validar esse ou aquele conceito apresentado. Marx ao apresentar suas 11 teses a Feuerbach nos ajuda a pensar nessa problemática, em sua segunda afirmação:

A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas sim uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar. A controvérsia acerca da realidade ou não realidade do pensar – que está isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica (MARX, 1845, p. 1).

Nesse sentido, não se pode relegar a construção de nenhum conceito a um exercício escolástico, onde a “intencionalidade” dos sujeitos é tomada como central e não a realidade. O que Fernandes coloca como “intencionalidade”, só pode ser explicado, e deve, através da realidade concreta, não só determinando a “produção [e reprodução] do espaço” pelos sujeitos, mas partindo dessa produção.

Nesse bojo, o autor defende que a restrição ou amplitude do conceito, estaria definida pelas intencionalidades dos sujeitos. Portanto, com base na sua intencionalidade, Fernandes constrói um entendimento “amplo” do território. Abordando assim os aspectos que constituem a multidimensionalidade do território. Porém essa abordagem, defendida por ele, não irá ser hegemônica nos debates sobre o tema.

ENTENDENDO O TERRITÓRIO

Essa discussão em torno do conceito Território ganha uma amplitude considerável no momento em que a sua utilização aparece cada vez mais difundida nos diversos âmbitos da ciência e das políticas públicas, necessitando assim realizar um debate das propostas de pensar o território através da conflitualidade, e sobre a proposta das tipologias dos territórios. Entendendo a diversidade territorial, bem como, as relações entre classes sociais e território.

Atualmente o conceito de território passou a ser largamente utilizado para os mais diversificados fins, e pelos mais diversificados sujeitos. Para além da sua importância como conceito-chave para compreensão da realidade, a instrumentalização deste conceito, em diversos órgãos, tem ocultado elementos como a multidimensionalidade e conflitualidade. Há vários exemplos dos usos que o território tem se apresentado:

O conceito território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como, por exemplo, os Territórios da Cidadania. Também há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA – Iniciativa

para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana⁶. Esses eixos são “transterritórios” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities (FERNANDES, 2009, p. 3).

A centralidade cada vez maior que o território ganha dentro das políticas públicas, reforça a importância da realização desse debate. Cabendo questionar como essa utilização vem sendo feita e a sua intencionalidade, sendo também nesse plano que consiste uma disputa de territórios.

Na grande maioria dos casos o território é analisado de forma fragmentada. Onde, alguns aspectos de forma unitária (social, econômico, político) são elencados como forma de definir, esse ou aquele território. Os elementos centrais, de tais procedimentos, são apresentados da seguinte forma:

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008, p. 4-5).

A totalidade não significa entender que tudo se torna território, mas compreender que o território é um todo. As várias instâncias que compõem a realidade em movimento constituem uma totalidade.

Os “principais atributos” do território seriam: a soberania, a totalidade, a (multi)dimensionalidade e a escolaridade. Somente ao analisar todos esses atributos de forma indissociável, é que poderemos, de acordo com Fernandes, compreender as dinâmicas dos territórios. Cada território compreende a totalidade, mesmo quando por uma questão analítica realizamos os recortes essa perspectiva deve estar presente.

Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais (FERNANDES, 2008, p. 5).

As diversas políticas territoriais, ao desprezarem esses elementos têm como objetivo o controle do território. Nas políticas colocadas para o campo esse fato tem se manifestado cada vez mais e de forma muito explícita, no qual, os conflitos territoriais se apresentam entre capital e campesinato, ambos com territorialidades diferenciadas. “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações

sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p. 6).

Essas territorialidades diferenciadas irão disputar o território, e conseqüentemente as diversas políticas elaboradas para esse. Os elementos de Governança e Propriedade são essenciais no entendimento dessas diferenças, pois neste caso, eles são essenciais no conflito existente. Fernandes (2008; 2009) trabalha com dois tipos de territórios, os materiais e os imateriais.

Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (2008, p. 8).

Dentro dos territórios materiais, três tipos de territórios, o primeiro seria definido pela área e comportaria os limites do Estado. O segundo território estaria ligado às relações de propriedade, e o terceiro as relações de poder. Existe assim uma série de complexas relações entre esses constituindo a totalidade.

O primeiro território é aquele circunscrito ao espaço de governança da Nação, ou seja, as fronteiras representariam os limites dos território. Os marcos do Estado aparecem como uma das maneiras de enxergar o primeiro território. O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança (FERNANDES, 2009).

O segundo território pode ser classificado com o território da propriedade, a propriedade como espaço de vida. Pode esta ser privada ou comunal. Seria mais precisamente neste território que podemos enxergar de forma mais objetiva as disputas territoriais, pois a propriedade define basicamente o uso e controle do território.

A existência dos sujeitos está condicionada a existência em um território, neste caso a propriedade de um território é um dos critérios de definição das classes sociais e portanto da luta de classes.

O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais (FERNANDES 2009, p. 14).

O terceiro território comporta o território relacional, ele atinge todas as escalas, o material e o imaterial. É no plano das relações sociais que os diversos usos do território são afirmados.

Nesse plano do território a circulação de mercadorias acontece, a vida se desenvolve, a produção e reprodução do território se desenvolve no cotidiano dos indivíduos.

Outro exemplo de terceiro território é pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos. Também podemos nos referir aos territórios do narcotráfico que se expandem ou refluem de acordo com as correlações de forças entre as facções ou das ações das polícias. Vale resgatar os exemplos que demos no início deste artigo sobre os transterritórios formados por projetos de “integração” ou por blocos comerciais. O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano (FERNANDES 2009, p. 14-15)

Os territórios imateriais exemplificam as representações das relações de controle e domínio dentro da produção do conhecimento. Bem como, do controle do mundo das idéias, suas produções e socializações. Neste plano as intencionalidades são materializadas através da disputa de diferentes concepções.

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade (FERNANDES 2009, p.15).

Cabe lembrar que não é só na ciência que o território imaterial é apresentado, no campo da disputa política ele também está presente. Na implantação de políticas públicas o conflito entre diversas concepções se coloca como uma disputa de territórios diferenciados.

Com a intensificação da territorialização do Capital e o processo de globalização, Fernandes destaca o processo onde o território torna-se categoria central no entendimento da realidade. Mas também o território assume um caráter de Panacéia, “formula mágica”, onde sua utilização pratica, separa a teoria da pratica tornando este em um mero instrumental do Estado.

Fernandes renega a perspectiva que enxerga o território como algo completamente instrumental. Bem como, nega a perspectiva que retira qualquer formulação teórica do território. O autor resgata o pensamento de Porto Gonçalves ao destacar que o território:

[...] é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2006, apud, FERNANDES, 2008, p. 5).

Nesse sentido o autor afirma que não é sua intenção neste momento aprofundar a problemática da emergência do conceito de território e parte para uma análise de duas grandes tendências evidenciadas em vários estudos das bibliografias que debatem o desenvolvimento rural.

A primeira grande tendência é a do Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA, que parte de problema conjuntural e se restringem as formulações dentro do sistema capitalista. Em contraponto, estabelece-se o Paradigma da Questão Agrária – PQA, que enxerga e analisa os problemas do campo como sendo estruturais, cujo estudos que adotam essa linha de pensamento identificamos contradições e os conflitos no campo.

O conceito de território para esses dois paradigmas constituem-se totalmente diferenciados. Enquanto o PQA fundamenta, prioritariamente, o território nos elementos da disputa política, o PCA, hegemonicamente, vai enxergar o território como área. Fato visível nos documentos do Banco Mundial.

Kautsky seria o autor que contribuiria para a formulação do Paradigma da Questão Agrária, sua análise se pauta principalmente no desenvolvimento do Capital na Europa e dentro de suas análises categorias do marxismo como Renda da Terra e mais-valia estão sempre presentes, conduz suas formulações sobre o campesinato analisando o espaço econômico onde este se realiza, sendo assim, a tendência seria a de proletarização total, onde o Grande estabelecimento subsumiria os pequenos. Sendo uma questão estrutural a questão agrária só seria solucionada com a queda do capital, e o estabelecimento do socialismo. Neste paradigma o enfrentamento ao capital e a resistência é colocado. A territorialização neste sentido não seria somente subserviência.

Abramovay, por sua vez, analisa o desenvolvimento do capitalismo nos países de capitalismo avançado (EUA e Europa) trazendo o protagonismo do agricultor familiar, diferenciando ele do camponês. Este não haveria de ser completamente proletarizado, mas se metamorfosearia em agricultor familiar. Pois, estaria integrado ao mercado, tal integração destruiria o “modo de vida” camponês (característica que definiria o camponês), este seria profissionalizado, seria assim integrado como agricultor familiar. A questão neste sentido seria conjuntural, dependendo dos diferentes estágios do capital. O capitalismo neste sentido é totalidade, sendo possível somente ser parte do sistema.

Podemos sintetizar a análise de Fernandes sobre os dois paradigmas com a seguinte formulação elaborada em seu texto:

O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato. Além dessa diferença processual há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da

permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato (FERNANDES 2008, p.15).

Ou seja, Abravomay utiliza um pensamento linear, a contradição não está presente em sua análise, sendo assim, o campesinato aparecerá como um problema para o desenvolvimento, juntamente com o conflito. Para o autor, a diferenciação que Abramovay promove entre agricultor familiar e camponês não tem base na realidade, ela se fundamenta em critérios como integração ao mercado e uma lógica positiva e linear de destruição de um modo de vida. Portanto diferenciar um do outro faz parte de um modelo que coloca o camponês como atrasado.

Ou seja, tanto dentro da academia como na luta de classes estes conceitos teriam um reflexo direto nas políticas públicas e enfrentamentos. Sendo também esta opção de separar os dois de forma dicotômica ou ver-los com os mesmos sujeitos “uma questão de método”. As implicações deste debate chegaram à configuração de diversas organizações a exemplos dos vários sindicatos e confederações de agricultores rurais e organizações camponesas. Dentro das políticas públicas a reforma agrária de mercado viabilizada dentro do governo FHC é destacada por Fernandes como orientada pelo paradigma do capitalismo agrário. O fortalecimento do PCA deve-se sobretudo pelo fortalecimento do Neoliberalismo.

A questão agrária, portanto, segue sendo interpretada e vivida sobre diferentes propostas, no caso do movimento camponês partidário do PQA, a luta pela terra conduz ao desenvolvimento e a conflitualidade. A contestação do modo de produção e da expropriação são características centrais.

Os diversos territórios tanto imateriais como materiais se enfrentam constantemente. Fernandes ao abordar o tema afirma que:

Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado (2008, p. 17).

É a partir desse entendimento que as disputas territoriais dos diversos territórios dentro do campo brasileiro são produzidos, tornando a luta pela terra como o “principal fator” da territorialização dos camponeses.

Para entender as disputas territoriais é preciso compreender que essas são disputas das classes sociais pelo controle do território, que muitas vezes ocultadas para assegurar um discurso de que há uma diminuição dos conflitos e a hegemonia de forma mais tranqüila de determinadas classes sociais. O capital necessita estender seu controle a todas as partes do território, este é um

dos fatores que impulsionam as disputas territoriais entre as classes sociais. Neste sentido em todos os planos da vida as disputas estarão presentes.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2009, p. 5).

Estas disputas fazem parte assim da estrutura do próprio território que comporta elementos como: Soberania, Totalidade, Multidimensionalidade, Pluriescalaridade, Intencionalidade e Conflitualidade, como afirma Fernandes (2009).

Nesse bojo, a soberania pode ser entendida com o debate de Gottman (1973). A soberania nesse sentido é uma construção histórica dos povos e mais precisamente das diversas classes sociais, e não pode ser resumida como um poder exclusivo do Estado, pois dentro desse existiriam várias soberanias. Ressaltando que dentro das várias disputas entre as instituições pelo território o surgimento de soberanias está posto.

A intencionalidade pode ser compreendida através de um processo que essa vai definir no plano imaterial como cada um desses sujeitos se coloca entre as várias correntes de pensamento. Tudo isso é refletido nas diferentes posições de classe que os sujeitos tomam na história. Arented (1998, 1981) vai enxergar na Intencionalidade a propriedade da liberdade.

A conflitualidade não pode ser resumida ao conflito; ela surge, portanto, das contradições da sociedade, o enfrentamento das contradições objetivam-se em permanências e superações das classes sociais. O conflito é apenas um componente dessa.

No caso da pluriescalaridade e da multidimensionalidades, essas fazem parte do exercício de compreender que o território se apresenta em diversas escalas (municipal, nacional, etc.). Ao analisarmos o território mesmo não perdendo de vista a totalidade, o recurso analítico dos recortes se faz necessário para entender os limites de cada território. Dentro das disputas das diferentes escalas também são vistas, desde conflito por terras em locais específicos, aos conflitos dos diferenciados projetos de desenvolvimento do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fernandes defende que não basta somente explicitar a existência das disputas territoriais, mas que é necessário explicitar que território é esse. E é nesse sentido que sua tipologia é apresentada, entretanto, antes desse debate é preciso não confundir a tipologia com a multidimensionalidade. A multidimensionalidade só surge a partir das tipologias, pois, são os diversos tipos de uso do território, que efetivam as multidimensionalidades.

Nesta reflexão Fernandes tenta realizar um debate sobre os processos de conflito por terras e o desenvolvimento rural. Diferentemente do usual, o autor tenta analisar estes dois processos de forma dialética e conjunta estabelecendo uma relação onde o conflito estaria inserido dentro do processo de desenvolvimento. Sendo os dois próprios da lógica capitalista.

O autor por meio do confronto das diferentes posições dos paradigmas do capitalismo agrário analisa o que cada filiação atribui ao conflito, território e desenvolvimento. Realizando a crítica as visões parcelares e não dialéticas de desenvolvimento territorial.

Com o avanço de um novo tipo de território, as respostas a esta outra proposta surge com mais conflitos, onde a criminalização e a repressão serão lugares comuns. Outra forma de tentativa de impedir este avanço surge com a posposta do mercado agora regular a reforma agrária tirando o foco do que era uma luta política.

O autor conclui seu trabalho demonstrando que o desenvolvimento do campo brasileiro hoje não pode mais ser pensado sem o papel dos conflitos por terra cumprem ao consolidar assentamentos e novas territorialidades. Por meio de dados produtivos é possível provar o papel de importância que as pequenas propriedades têm dentro da produção do país.

Assim o paradigma da questão agrária consegue por ter o conflito inserido em suas formulações dar conta do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que ocorre hoje. Ou seja, ele é o único capaz de explicar a produção capitalista de relações não capitalistas de produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ARENDT, Hannah. **O que 'Política'?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Edusp, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial In: BUAINAIN, Antonio Márcio(org). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LÊNIN, Vladimir. Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em 30 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.